**A UNIÃO OPERÁRIO-CAMPONESA, AS TESES ECONÔMICAS E AS TEORIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO SOCIALISMO SOVIÉTICO: DA PRÉ-REVOLUÇÃO A COLETIVIZAÇÃO STALINISTA**

Sérgio Henrique Soares de Souza

Instituto Federal de Goiás

Sergiohenrrique-souza@hotmail.com

**Resumo**

O presente artigo visa discutir os princípios que envolviam as discussões teóricas na URSS sobre como o socialismo deveria ser alcançado. A análise aqui presente tem por objetivo confrontar os ideários, presentes em análise de Luciano Cavini Martorano, de diferentes figuras intelectuais do Partido Bolchevique, destacando-se Leon Trotsky, Levguêni Preobajenski, Nikolai Bukharin e Josef Stalin, além de Vladimir Ilyich Lênin e seus ideários partidários. Tal estudo – baseado nos pressupostos de Walmir Barbosa e Plínio Arruda Sampaio Júnior - foi realizado levando-se em consideração a Rússia pré-revolucionária e seu regime czarista que, por diversos motivos a serem discutidos, propiciaram o movimento revolucionário. O artigo parte do movimento anteriormente citado, indo para o chamado “Comunismo de Guerra”, passando pelas dificuldades de implementação da NEP, chegando até as teorizações de sua importância, falta dela, renovação ou extinção.

**Palavras-Chave:** Rússia czarista; Revolução Russa de 1917; Partido Bolchevique; Comunismo de Guerra; NEP.

**Introdução**

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se forma após intenso processo revolucionário, que não terminou após o fim do conflito físico entre os envolvidos – ou melhor, a supressão dos grupos que idealizavam formas de existência diferentes das apregoadas por Lênin e seu partido Bolchevique. O ponto de disputa não se materializava mais em quem terá o poder em suas mãos, mas sim, como alcançar a tão sonhada sociedade socialista. Esta disputa levará a um debate ideológico – principalmente após o chamado “Comunismo de Guerra”, cujos elaboradores também estiveram presentes no debate posterior – que perpassa desde as ideias de Leon Trotsky, Levguêni Preobajenski, Nikolai Bukharin e Josef Stalin, se encontra com a barreira das elites locais chamadas de *Kulaks* e se torna espaço de disputa para as concepções de utilidade sobre a *Novaya Ekonomiceskaya Politika* (NEP). Mas a cola de todo o debate, e a questão mais importante para o Partido Comunista, era a união operário-camponesa, base de sustentação do país. Nenhuma das teorias e práticas deixou isso de lado, pelo menos, não deveriam.

Para o entendimento por completo dos motivos que levaram a aplicação da NEP no momento pós-revolucionário, deve-se antes retornar aos tempos czaristas, passando por seu momento de percepção declinitiva do poderio russo, tentativas de solução, efervescência revolucionária, ideal leninista para o partido bolchevique, suas medidas durante o comunismo de guerra e os debates acima colocados sobre como se alcançar o – desejado – socialismo.

**Da Pré-revolução a coletivização stalinista**

Uma das lideranças que mais se destacou dentro do debate ideológico foi Josef Stalin. Sua figura caricata, com grande bigode e roupas militares, era carregada de uma mentalidade que pouco se importava com convicções teóricas próprias. Segundo Luciano Cavini Martorano (2007), o líder do Partido Comunista da URSS tinha preocupações de natureza política e conjuntural, considerando a NEP como uma política do Estado proletário que, autorizando o capitalismo, objetivava o desenvolvimento da luta entre elementos capitalistas e socialistas.

Em 1929, Stalin deixa claro o seu posicionamento: “o desenvolvimento da produção dos meios de produção deve ser considerado como o fator chave da industrialização, e que este deve conhecer um crescimento ‘com a maior velocidade possível’, ‘exigindo um máximo de investimentos na indústria’” (MARTORANO, 2007, P. 55). Seguindo sua lógica, idealizadora de uma nova base técnica, o reforço industrial, fornecedor de tratores e novas máquinas agrícolas, serviria de base para uma nova coletivização rural. A aceleração na industrialização não seria apenas benéfica para as cidades, mas também para o campo. Tais reflexões stalinistas são as bases das resoluções do Comitê Central do Partido de 1929, que deram início as coletivizações, levando ao aumento e ao desenvolvimento dos *Kolkhoses*, as cooperativas agrícolas –que levaram ao desaparecimento dos *Kulaks* enquanto classe.

 Mesmo que o senso comum nos diga que as ideais e resoluções de Stalin eram postas, indiscutíveis e únicas, deve-se lembrar de que o caminho percorrido até se chegar a elas foi longo, datando-se desde o momento pré-revolucionário, onde a Rússia ainda era czarista e os ideais de revolução insipientes.

 A Rússia Czarista era um país com grandes complexos industriais, mas que dependiam de capitais e tecnologias internacionais. A maioria de sua população, cerca de 80%, era camponesa. Walmir Barbosa (2007) define o país como gigantesco, pesado e ineficiente, tanto econômico, como tecnologicamente, durante a conjuntura da Revolução de Outubro de 1917. Esta Rússia possuía uma grande carga de movimentos sociais, seja em povoados, no crescente proletariado industrial e até mesmo no grande exército, assombrado por motins.

 Segundo Walmir Barbosa (2007):

Correntes de esquerda completavam o quadro da Rússia Pré-Revolucionária. Estavam divididos entre construir um partido de quadros e clandestino, ou de massas e aberto, ou, ainda, se seria um partido (e classe operária) dirigente de uma revolução democrático-burguesa, que a classe burguesa não queria dirigir, ou uma força política auxiliar da revolução democrático-burguesa e de um bloco de forças revolucionárias heterogêneas dirigidas pela burguesia liberal (BARBOSA, 2007, P. 64)

Os partidos políticos, principalmente o Bolchevique, sofriam repressões do governo czarista, devendo existir na ilegalidade, limitando as formas de democracia e fazendo surgir à figura do burocrata intelectual, no interior dessas instituições. Os partidos caracterizavam sua relação com os movimentos sociais como dirigista e intervencionista.

O governo do Czar percebeu, por meio da Guerra Da Criméia (1854-1856), que a Rússia já não exercia a mesma força política e militar na Europa com a qual estava acostumada, sendo seus recursos naturais e populacionais não mais garantidores de força contra outras potências – detentoras de indústrias pesadas – do continente. Inicia assim, uma tentativa de processo de modernização, abolindo a servidão em 1861, somando-se a distribuição de parte das terras aristocratas e estatais para a comunidade rural – mas com o direito de resgate limitado. Assim como os intelectuais do partido Bolchevique, guardadas as devidas proporções, o ideal de modernização do czar também via a estrutura agrária como primordial a sua efetivação.

Em outras palavras, intencionava-se modernizar a agricultura, elevando sua produtividade e produção, além de recolher uma parte da renda por meio de impostos e converte-los como financiadores da industrialização. Une-se a isso, tarifas protecionistas, concessão de incentivos cambiais e a abertura econômica para o capital internacional, para complementar as fontes internas de financiamento do setor produtivo. Para Walmir Barbosa (2007), se combinava a implementação do capitalismo Privado e de Estado.

 A Modernização russa combinou capitalismo e arcaísmo, tendo por resultado a acentuação dos conflitos e contradições já existentes, somando-se ainda as contradições do capitalismo emergente. A Rússia estava com um clima propenso para a realização de uma revolução social de grande escala, como as de 1905 e 1912. Mas:

[...] as realidades e os processos que tornavam a revolução social algo mais próximo e palpável na Rússia também criaram grandes obstáculos para a sua sobrevivência e para a preservação da sua coerência no que tange à dimensão transformadora, em relação às perspectivas de igualdade, liberdade e justiça do mundo do trabalho (Barbosa, 2007, p. 69).

A primeira Guerra mundial irá aprofundar as contradições presentes na Rússia (e no resto do mundo), como a emergência do capitalismo em detrimento do antigo regime, a polarização das classes entre capitalistas e proletários etc.

A Revolução de Outubro de 1917 fez com que o poder passasse para a mão de diferentes conselhos de camponeses e operários, tendo por base os Sovietes. O poder também foi dividido, de forma secundária com os sindicatos das indústrias mais importantes e pelos comitês de fábrica (Barbosa, 20017, pp. 70-71).

 Para Vladimir Ilyich Lênin, a Revolução deveria se apoiar em base fundamentada pela Classe Operária. Como Afirmar Plínio de Arruda Sampaio Júnior:

Quando postas em perspectiva histórica, suas formulações insistirão no papel fundamental da classe operária como dínamo da revolução russa, na necessidade de sua aliança estratégica com os camponeses pobres e, finalmente, após uma série de considerações, no desdobramento sui generis do processo revolucionário, o qual tende a encadear a revolução democrática com a revolução operária, vista como um momento decisivo da revolução socialista em escala internacional (Sampaio Júnior, 2011, P. 49).

 Sendo assim, o líder do Partido Bolchevique idealizava sua existência como um “novo tipo” de partido, sendo inteiramente subordinada a revolução, pronto para liderar o proletariado no momento em que a mesma estourasse. Deveria ter a habilidade de transformar a insurreição das massas em uma energia revolucionária dando-lhe criatividade. O Partido deveria resistir a tudo. (Sampaio Júnior, 2011, p. 56). Lênin define seus ideais partidários da seguinte maneira:

[a organização revolucionária] [...] ocupa-se de uma agitação política intensificada e multiforme, isto é, de um trabalho que tende, justamente, a aproximar e fundir em um todo a força destrutiva espontânea da multidão e a força destrutiva consciente das organizações revolucionárias (Lêni *apud* Sampaio Júnior, 2011, p. 57).

O Conselho de Comissários do Povo, equivalente ao Poder Executivo, assumiu as rédeas do país em meio ao caos, causado pelo processo de desmonte da economia – proporcionado pela participação do País na primeira Guerra Mundial – agravado pela Revolução de fevereiro e da de outubro de 1917. Soma-se isso, ao início dos *lockouts* – forma de protesto do capitalista, que incide na diminuição proposital da produção e de demissões em massa – a guerra civil iniciada pelos contrarrevolucionários e com a intervenção estrangeira de 14 países – como Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e Japão – em 1919. Com isso, o Conselho toma por medidas o que ficou conhecido como “Comunismo de Guerra”.

 Tal sistema tinha por objetivo a redefinição da propriedade industrial e sua gestão, regulamentando também a produção e o consumo. Seu primeiro passo foi a estatização completa de bancos, grandes indústrias e grande parte de pequenas e médias empresas. O Estado tomou para si o monopólio dos cereais, em medida que deveria ir de frente com os pequenos burgueses do campo, os *kulaks*, intencionado a combater a resistência desses camponeses ricos. Segundo Martorano (2007) para se ser considerado um *Kulak*, alguns pré-requisitos deveriam ser preenchidos, sendo eles:

1. Empregar ao menos dois camponeses permanentemente;
2. Possuir mais de três cabeças de gado;
3. Ter mais de 10 hectares de superfície plantada;
4. Ter algum comércio ou pequena indústria;
5. Possuir uma máquina agrícola moderna.

Viu-se o aumento dos comitês de fábricas como uma resposta aos *lockouts* e ao abandono das fábricas, ambos conduzidos pelos burgueses, assim como a vontade da classe operária de ter liberdade em seus trabalhos. Mesmo assim, os militantes da esquerda – sejam bolcheviques, anarco-sindicalistas ou independentes – não viam a estatização como a solução final que levaria a superação das relações de produção autoritárias, mas sim com o controle dos meios de produção sendo realizados pelos produtores diretos. Sendo assim, os comitês de fabricas locais avançariam em relação à gestão operária da produção.

O Partido Bolchevique, por idealização de Lênin e influenciados por Karl Kautsky, assumem que a consciência de classe se forma de fora para dentro. Portanto, se considera o representante do proletariado, sabendo o que é melhor para essa classe, não eles mesmos. Tal assertiva pode explicar o porquê da posição ambígua do Partido em Relação aos comitês de fábrica e ao controle do operariado, assim como o seu processo de desarticulação dos sovietes.

Inicialmente, os bolcheviques apoiaram os comitês como forma de enfraquecer a presença menchevique no movimento operário de massa, uma vez que Lênin desenvolve suas ideias em forma de crítica a política menchevique (Sampaio Júnior, 2011, p.49). Posteriormente e à medida que se firmavam no poder, os bolcheviques os combateram de forma aberta. Encerrou-se assim o controle direto do operário na produção, na medida em que os comitês de fábrica foram absorvidos pelos sindicatos. Assim como os comitês, os Sovietes foram perdendo gradativo poder de decisão, principalmente nos quesitos econômicos e sociais do país, levando a plena liberdade de decisão ao Conselho Dos Comissários do Povo, braço dos bolcheviques. A importância dos sindicatos aumenta, uma vez que os mesmos assumem papeis de controle operário indireto da produção, indo além da representação econômica do operariado.

Troca-se a gestão coletiva local, feita pelos comitês de fábrica, pela gestão pessoal da produção, com a indicação de gestores. O gestor – vindo da antiga burguesia gerencial ou de proprietários desalojados – tinha a o controle da produção em suas mãos, sendo acompanhado por um comitê de fábrica ou oficina, composto pelos operários da fábrica por meio do voto.

Para Walmir Barbosa (2007), o que se viu no Comunismo de Guerra foi à redefinição das formas de gestão da produção, a descaracterização dos comitês de fábricas e o fortalecimento dos sindicatos. Mas, os retornos econômicos esperados pelo Comunismo de Guerra foram decepcionantes, uma vez que os motivos que levaram a sua adoção – participação na primeira Guerra Mundial, intervenção externa e a resistência dos camponeses ricos – impuseram limitações aos potenciais da política econômica soviética.

Posteriormente a tentativa do Comunismo de Guerra, surge a NEP (Novaya Ekonomiceskaya Politika), advento de medidas de urgência, que tinham por objetivo o restauro da economia de mercado. Segundo Martorano (2007) a NEP teve suas principais medidas anunciadas logo após o Comunismo de Guerra, sendo elas:

1. O “livre exercício” para as produções artesanais particulares;
2. Autorização de funcionamento para empresas privadas com até vinte operários sem força motora, e dez com força motora;
3. Restituição de parte dos pequenos estabelecimentos nacionalizados;
4. Ampliação dos direitos de criação de empresas industriais e comerciais privadas.

É consenso que a NEP permitiu a retomada de abastecimento tanto na cidade como no campo, graças ao aumento de produção por ela proporcionada, permitindo também a criação de planos estatais mais elaborados. Mas as melhorias de trocas comerciais entre a cidade e o campo buscava a melhoria da relação da aliança operário-camponesa, considerada pelos bolcheviques a base social do Estado socialista.

A fraca participação do Partido Bolchevique na esfera rural era um problema para a efetivação dessa aliança, uma vez que, ao chegar ao poder o partido abandonou o seu projeto de programa agrário para adotar o dos socialistas-revolucionários, que garantia a terra para o camponês, mas sem a adoção de nenhuma medida que apontasse a socialização da terra em si. Esse quesito era de suma importância, sendo que a sociedade camponesa vivia com ideal de utopia camponesa, onde todos teriam terras para cultivo e subsistência.

Contudo, a NEP gerou uma nova diferenciação social dentro da sociedade soviética, podendo-se verificar isso tanto no campo como na cidade. No meio urbano, surge o chamado *nepman*, sendo conhecidos pelos bolcheviques como a nova burguesia da NEP. No campo, a diferença de acentuou entre os camponeses pobres e o camponeses médios ou ricos, os *kulaks.* Tais camponeses abastados não representavam risco ao governo soviético, pelo menos numericamente, pois sua influência social e política eram bem maiores do que seus números físicos. Alguns líderes bolcheviques temiam a polarização entre uma “burguesia rural” e a classe operária em crescente numérica.

A intenção era a criação de um socialismo com condições de formação socioeconômica como a soviética de então. Mas a derrota das tentativas de revolução no Ocidente, destacando-se a Alemanha e a Hungria, em que os líderes bolcheviques colocavam esperanças na tentativa de evitar um isolamento frente aos países capitalistas, fez com as discussões sobre o desenvolvimento econômico, principalmente sobre o progresso industrial e da coletivização, foram iniciadas. Tais objetivos deveriam ser alcançados para se suprir o aumento crescente das necessidades populacionais (Martorano, 2007, p.47).

Os intelectuais a serem destacados nessa discussão são: de Leon Trotsky, Levguêni Preobajenski, Nikolai Bukharin (esses dois presentes nas formulações do Comunismo de Guerra) e Josef Stalin. Neste momento veremos as teorias e convicções pessoais de cada um deles, principalmente em relação à NEP. Vale rememorar que para todos o mundo agrário é financiador primordial da modernização russa.

 Leon Trotsky traçou sua análise em relação à NEP definindo-a como uma necessidade conjuntural bastante específica, devendo ser substituída caso essa conjuntura mude. Para ele, a NEP não é um recuo do socialismo, mas uma medida de caráter tático. A defesa trotskyana se baseava na rápida industrialização, com vistas ao fortalecimento das fileiras operárias, reforçando o caráter operário do Partido Bolchevique e do Estado soviético, pressupostos de construção do socialismo.

 Já Levguêni Preobajenski desenvolve a chamada lei da acumulação socialista primitiva. Sua tese afirma que o socialismo só poderá se desenvolver por meio de setores não socialistas, assim como aconteceu com o capitalismo em relação às formas pré-capitalistas de produção. Para o intelectual bolchevique, seu modelo de acumulação apresenta diferenças em relação ao capitalista, mais especificamente em três aspectos enumerados por Martorano (2007, p. 49):

(1)como o socialismo ainda não é, em meados da década de 20 do século passado, a forma de produção dominante na URSS, a produção manufatureira pode ser superior às formas feudais de produção; (2) o primeiro ato de acumulação socialista é a nacionalização da grande indústria feita somente após a tomada do poder pelo proletariado – e, assim, tal medida é inimaginável na passagem do feudalismo para o capitalismo; (3) a produção manufatureira pode desenvolver-se em empresas e setores isolados, mas a socialista depende de processos de produção interdependentes complexos com base em uma técnica avançada.

 Para Preobajenski a acumulação socialista poderia ocorrer em forma de trocas desiguais, entre produtos industriais e agrícolas, transferindo recursos da agricultura para a indústria, mas em a aplicação de uma política de preços que desestruturasse o campo, explorando-o. Esta lei teria uma validade universal, variando apenas nas condições de existentes entre as formações socioeconômicas menos desenvolvidas – aonde a acumulação possível de forma socialista seria menor, tendo uma maior apropriação do nas formas de produção pré-socialista – e as formações socioeconômicas mais desenvolvidas, em que a acumulação viria das formas socialistas de produção.

 Finalizando, Preobajenski coloca três condições para que a acumulação primitiva se torne não primitiva: o crescimento absoluto da produção estatal; crescimento relativo da produção estatal em relação ao setor privado; o reagrupamento das proporções essenciais entre os diversos setores visando a reprodução ampliada (Martorano, 2007, p.50).

 Para Nikolai Bukharin, principal crítico de Preobajenski, o avanço para a economia socialista no campo aconteceria, em suas palavras, “a passos de caracol”, mas logo reformulou sua posição, advogando por uma ofensiva em relação aos *kulaks*, já que em seu entendimento, a aliança entre os operários e a maioria dos camponeses já avia acontecido, dando ao Estado poder e condições para iniciar a coletivização.

 Bukharin encara a questão industrial de forma diferente do que Trotsky e Preobajenski, dando mais ênfase na indústria leve, que segundo ele tem uma rotação de mercadorias mais rápida e o reembolso das somas gastas ocorrem mais rapidamente. O autor tem disputas com Stalin, que declaradamente não se preocupa com convicções teóricas. Sendo assim, em seu artigo denominado “Notas de um economista”, faz críticas ao partido e ao estado soviético, indicando que se deve evitar o que ele chamou de “supercentralização”, além da importância do direcionamento para um Estado-Comuna. Indica ainda que a situação do Estado Soviético não era das melhores, já que em seu interior disputas entre diversos grupos eclodiam, principalmente entre os diferentes quadros do partido – sejam eles especialistas, responsáveis pela planificação etc.

 Neste mesmo artigo, Bukharin aceita a tese de transferência de recursos financeiros da agricultura para o financiamento da indústria, porém diz que o volume não pode ser muito grande, para que o desenvolvimento rural não seja ferido. O desenvolvimento da indústria depende do desenvolvimento da agricultura. Juntamente com Rykov e Tomsky, ele crítica à industrialização baseada em impostos ao campesinato. No mesmo documento, adverte ainda para o risco de o Partido cair em um modelo de uma “exploração militar-feudal do campesinato (Martorano, 2007, p.2007).

 Após as acepções de Bukharin, Stalin abre suas asas e abrange toda a ação do Estado Soviético, suas teses ao final irão prevalecer, assim como o dito no começo desse trabalho.

**Considerações Finais**

Na pré-revolução a Rússia era um país atrasado, principalmente de forma econômica, refletindo tal proposição em seu complexo industrial. Era um país decadente, até mesmo em sua própria percepção, confundida com a do Czar. As consequências sociais eram notáveis, causando alvoroço em determinados setores societários, dando justificativa para a revolução.

 A revolução prometeu, iniciou e não cumpriu. Não sua existência em si, mas as bonanças prometidas. Os debates se desenvolveram, alongaram e não adiantaram. Com Josef Stalin não se conversa. Os *Kolkhoses* surgiram, Stalin se consagrou e o debate não adiantou. A sociedade idealizada revolucionariamente não se desenvolveu. Além disso, a União Soviética não tinha para onde correr, o mundo a sua volta era – e é – capitalista.

**Referências Bibliográficas:**

BARBORSA, Walmir. A Revolução Russa: do comunismo e guerra aos primeiros planos quinquenais. In: Revolução Russa: processos, personagens e influências. Goiânia: CEPEC, 2007. Pp. 63 – 90.

MARTORANO, Luciano Cavini. Problemas da transição socialista: industrialização e coletivização com o fim da NEP. In: Revolução Russa: processos, personagens e influências. Goiânia: CEPEC, 2007. Pp. 41 - 62.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. O pensamento de Lênin em seu movimento completo. In: LÊNIN, V.I. O imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo. Campinas, SP; FE/UNICAMP, 2011. Pp. 49-94.